

Bruno de Castro Brito

Universidade Federal do Ceará –

UFC

E-mail:

bruno.castro.jornalismo@mail.com**Luan Matheus dos Santos****Santana**

Universidade Federal do Ceará –

UFC

E-mail: luammatheus@gmail.com**Sarah Fontenelle Santos**

Universidade Federal do Maranhão

– UFMA

E-mail: fontenellesarah@gmail.com

Este trabalho está licenciado sob uma
licença [Creative Commons Attribution 4.0
International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito exclusivo de
utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

**Currículo x Raça:
reflexões sobre a irrisória
perspectiva
Negra nos cursos de jornalismo da
UFBA, UFPA e UFMA**

*Curriculum x Race:
reflections on the derisory
Black perspective in journalism courses at
UFBA, UFPA and UFMA*

*Programmes d'études x Race:
réflexions sur la perspective noire dérisoire
dans les cours de journalisme à
l'UFBA, l'UFPA et l'UFMA*

Santana, L. M., Fontelle Santos, S., & de Castro Brito, B. Currículo x Raça: : reflexões sobre a irrisória perspectiva Negra nos cursos de jornalismo da UFBA, UFPA e UFMA. *Revista Eco-Pós*, 28(2), 623–644. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28367>

RESUMO

Este artigo analisa os ementários dos cursos de Jornalismo das universidades federais da Bahia, Pará e Maranhão — os três estados mais negros do Brasil — e revela a escassez de disciplinas voltadas à questão racial negra. A pesquisa adota análise documental com base nos títulos e ementas das disciplinas, aliada à perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2020), que incorpora os atravessamentos raciais, sociais e subjetivos dos autores. Fundamentado em epistemologias negras e decoloniais, o estudo contrapõe a colonialidade do saber e aponta que, entre 180 disciplinas examinadas, apenas 16 abordam a temática racial. Essa baixa representatividade, no país mais negro fora da África, evidencia um processo epistemicida que reflete tanto a história excludente da universidade quanto o perfil discriminatório de professores e jornalistas brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: *Currículo; Jornalismo; Raça; Negro; Universidade.*

ABSTRACT

This article analyzes the syllabi of Journalism programs at federal universities in Bahia, Pará, and Maranhão — the three Blackest states in Brazil — and reveals the scarcity of courses addressing Black racial issues. The research employs documentary analysis based on course titles and descriptions, combined with a transmethodological perspective (Maldonado, 2020), which considers racial, social, and subjective intersections as part of the investigation. Grounded in Black and decolonial epistemologies, the study challenges the coloniality of knowledge and highlights that, out of 180 courses examined, only 16 address racial themes. In the Blackest country outside Africa, such underrepresentation exposes an epistemicide that reflects both the exclusionary history of the university and the racially biased profile of Brazilian professors and journalists.

KEYWORDS: *Curriculum; Journalism; Race; Black People; Univertisty.*

RÉSUMÉ

Este artículo analiza los programas de estudio de las carreras de Periodismo en las universidades federales de Bahía, Pará y Maranhão —los tres estados más negros de Brasil— y revela la escasez de asignaturas que aborden la cuestión racial negra. La investigación utiliza el análisis documental basado en los títulos y contenidos de las asignaturas, combinado con la perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2020), que considera los cruces raciales, sociales y subjetivos de los autores como parte del proceso investigativo. Fundamentado en epistemologías negras y decoloniales, el estudio cuestiona la colonialidad del saber y señala que, de 180 asignaturas analizadas, solo 16 tratan el tema racial. En el país más negro fuera de África, esta baja representatividad evidencia un proceso de epistemicidio que refleja tanto la historia excluyente de la universidad como el perfil discriminatorio de profesores universitarios y periodistas brasileños.

MOTS-CLÉS: *Curriculum; Journalisme; Race; Noir; Université.*

Submetido em 22 de julho de 2024.

Aceito em 27 de janeiro de 2025.

Introdução

Há um hiato entre a publicação do primeiro jornal feito no Brasil, em 1808¹, e a criação da primeira escola de Jornalismo do país, em 1947². No intervalo de 139 anos, nesse período, cinco gerações de profissionais da imprensa atuaram sem formação específica. Embora o diploma não fosse exigido — já que não existia curso superior na área — essa ausência revela uma lacuna fundamental para entender o surgimento da prática jornalística e suas implicações que ainda reverberam na atualidade.

Sodré (1998) aponta que os jornais coloniais foram instrumentos da ascensão burguesa, surgindo sob o patrocínio da iniciativa privada — o que evidencia sua ligação estrutural com o capitalismo. Em uma sociedade moldada pela escravização de povos afro-indígenas, onde o racismo precede e sustenta o sistema de lucro, como destaca Gonzalez (2022), essa origem foi decisiva para delimitar os espaços de produção de conhecimento e construção de imaginários sociais.

Essa foi uma conjuntura sustentada inclusive do ponto de vista legal, já que no Brasil Colônia³, quando surgiram os jornais, e no período seguinte, o Império⁴, a escravização era prevista em lei. A Constituição de 1824, primeira do país, continha dispositivos que proibiam a presença de pessoas negras em espaços educacionais (Vaz, 2022). Sem acesso à escrita — elemento central da comunicação (Breton; Proulx, 2006) —, sem controle sobre os meios de produção e silenciados pela subalternização (Spivak, 2010), homens e mulheres escravizados(as) foram excluídos(as) da ocupação de espaços como os jornais e o ensino superior.

Apesar do fim do regime servil, em 1888⁵, e do papel pedagógico exercido por mídias negras que surgiram a partir de 1833, e atuaram em períodos críticos como a ditadura militar

¹ A *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo número de estreia foi publicado em 10 de setembro de 1808, tinha sede na então capital fluminense — que também era a capital federal do Brasil Colônia. Foi o primeiro jornal impresso no país, surgindo no contexto da chegada da corte portuguesa e da abertura dos portos, marcando o início da imprensa oficial brasileira.

² A Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo; operante até hoje (77 anos). Surgiu 78 anos depois da criação da primeira escola de Jornalismo do mundo (a *Washington College*, nos Estados Unidos, de 1869). Pertence à rede privada de ensino.

³ 1500 a 1822.

⁴ 1822 a 1889.

⁵ Marco da Lei Áurea, de libertação de todos(as) os(as) escravizados(a). Contudo, 1884 é apontado como data precursora do movimento abolicionista pelo fato de no Ceará a alforria ter sido conquistada antes de todos os demais territórios brasileiros.

(Brito, 2022), a chegada de pessoas negras⁶ às faculdades e redações não ocorreu a contento, a ponto de 98% dos universitários do país serem brancos nos anos 2000⁷, e, em 2018, pela primeira vez na história, instituições federais de ensino superior terem corpos discentes de maioria não branca⁸.

A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão racial, somada ao incentivo estatal à imigração europeia no início do século XX, atrasou a formação de uma classe média negra e letrada no Brasil. Como resultado, os grandes jornais continuaram sob domínio de uma elite intelectual branca, que utilizava a imprensa como instrumento para preservar privilégios herdados de 388 anos de escravização em um país estruturado pelo racismo antinegro (Santos, 2022).

Além disso, o meio acadêmico brasileiro enfrenta uma profunda desigualdade racial entre seus docentes. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de professores brancos é três vezes maior que o de educadores negros⁹. Atualmente, há pouco mais de 58 mil docentes pretos e pardos atuando no ensino superior, o que evidencia a sub-representação dessa população nos espaços de produção de conhecimento e formação intelectual.

Este artigo foi concebido com o intuito de provocar reflexões sobre as consequências da interação entre os cenários anteriormente descritos. Em especial, no que se refere à população negra e à formação jornalística no ensino superior, propomos uma abordagem que observa essa relação a partir da racialização dos ementários dos cursos de Jornalismo de três importantes universidades federais brasileiras. Essa análise, como será detalhada adiante, insere-se nas discussões sobre uma prática epistemicida, conforme apontado por Sueli Carneiro (2011).

⁶ No Brasil, a população negra é composta pelo somatório das pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Esse sistema de classificação racial está em vigor desde 1872, sendo aplicado desde 1936 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cada país tem suas próprias diretrizes.

⁷ BRITO, Débora. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. *Agência Brasil*, Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 20 nov. 2024.

⁸ CASTRO, Bruno de. Cada um é um quilombo. *Portal Ceará Criolo*, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/cada-um-e-um-quilombo/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

⁹ AUSÊNCIA de professores negros é ponto crítico em universidades. *Portal UFJF*, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

1 Caminhos Transmetodológicos

Reconhecemos a relevância de uma análise que respeite o rigor científico, abrangendo desde os fundamentos teórico-epistemológicos até a interpretação dos dados. No entanto, compreendemos que, embora pautada por dinâmicas técnicas, operacionais e objetivas, a investigação científica não deve se limitar a esses parâmetros, especialmente diante da complexidade dos fenômenos sociais que nos atravessam. É preciso abrir espaço para abordagens sensíveis, críticas e situadas, que considerem os contextos, subjetividades e atravessamentos que compõem a realidade estudada.

Partimos das críticas e propostas de Paulo Freire (1987) sobre os processos educacionais, nos quais a passividade e a falta de diálogo funcionam como barreiras à construção de uma prática libertadora. Essa mesma passividade se manifesta na pesquisa científica quando estudiosos reproduzem modelos coloniais, opressivos e anti-dialógicos — referenciando saberes autocentrados oriundos do norte global, que ignoram contextos locais e perpetuam desigualdades epistemológicas.

Diante do exposto, este artigo coloca em perspectiva os ementários dos cursos de Jornalismo das universidades federais da Bahia (UFBA), do Pará (UFPA) e do Maranhão (UFMA). A escolha dessas instituições se justifica pelo fato de estarem localizadas nos três estados brasileiros com os maiores índices de população negra, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (quais sejam: 80,8%, 79,7% e 79%, respectivamente)¹⁰. Essa delimitação territorial permite observar como — e se — a questão racial negra é incorporada na formação jornalística oferecida por universidades públicas em contextos marcadamente negros.

Assim, adotamos a análise documental como técnica de pesquisa (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009), com o objetivo de compreender o conteúdo das disciplinas — obrigatórias e optativas — a partir de seus ementários, verificando se os currículos abordam a questão racial, com ênfase na questão negra. Embora reconheçamos que discutir raça envolve também as populações indígenas e amarelas, optamos, por razões didáticas, metodológicas e em consonância com nossas vivências raciais — como será detalhado adiante — por delimitar o

¹⁰ BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência IBGE Notícias*, 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%C3%A3o,amarelas%20\(0%2C4%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%C3%A3o,amarelas%20(0%2C4%25)). Acesso em: 16 nov. 2024.

debate à questão negra, justificando essa escolha com base na demografia brasileira previamente apresentada.

Entretanto, essa abordagem seria limitada se não dialogasse com os atravessamentos que nos constituem — inclusive os nossos, enquanto autores — e que permitem acessar outras percepções sobre a realidade investigada. Nesse sentido, encontramos na transmetodologia (Maldonado, 2016) uma via potente para construir essas interlocuções, integrando dimensões subjetivas, sociais e raciais ao processo analítico, e ampliando o escopo interpretativo da pesquisa para além dos parâmetros tradicionais. “Afim, diversos campos podem contribuir para a confecção de uma trama mais elaborada de conceitos para entender o objeto em questão” (Almeida; Maldonado, 2020, p. 100). Aplicamos esse caminho metodológico em três dimensões ao longo da pesquisa: a) contextualização do problema/objeto situando-o nos seus múltiplos contextos; b) pesquisa empírica como recurso metodológico; e c) práxis teórica para trabalhar com os conceitos de forma crítica e renovadora (Aguiar, 2011).

Nesse sentido, a análise documental será confrontada com a fotografia racial do Brasil — e, em especial, do campo jornalístico — tomando como referência os estudos *Perfil do Jornalista Brasileiro* (2021) e *Perfil Racial da Imprensa Brasileira* (2021). Sob a perspectiva transmetodológica, reconhecemos que nossa experiência enquanto sujeitos, jornalistas e pesquisadores negros não se dissocia das análises aqui desenvolvidas. Ao contrário, ela as atravessa, potencializa e confere densidade crítica ao olhar lançado sobre os currículos, revelando como a racialidade estrutura — ou é silenciada — na formação jornalística superior.

Trata-se de uma reflexão densa e profunda, que é construída, não está dada. Filiar-se a essa perspectiva é também refletir sobre si mesmo, sobre sua responsabilidade social e científica, é atentar para os diferentes contextos da produção acadêmica. Tantas características fazem da transmetodologia uma opção extremamente fecunda e complexa. (Almeida, Maldonado; 2020. p. 101).

Adotamos aqui uma postura metodológica de busca e uso de elementos que ampliem nosso olhar e nos permitam enxergar a estrutura social que alicerça as estatísticas e escritos com os quais nos deparamos para fins deste artigo. Trata-se de abandonar um reducionismo colonial ainda presente nas pesquisas para semear outras possibilidades de interpretações, sob as quais as experiências, os afetos e os atravessamentos éticos, políticos e sociais também sejam parte do

processo. Afinal, todos ocupamos lugares sociais que colaboram sobremaneira para a construção do modo como interpretamos o mundo (Ribeiro, 2020).

Com isso, rompemos com o mito da neutralidade na pesquisa e assumimos um compromisso ético com a reflexão crítica sobre uma realidade que também nos atravessa. Entendemos que o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo é essencial para ampliar os horizontes analíticos, permitindo enxergar dimensões que as metodologias convencionais, por vezes, não alcançam. Trata-se de reconhecer que a produção de conhecimento é também um ato político e situado, que ganha potência quando incorpora vivências, afetos e posicionamentos.

2 Corpus e recorrência

Juntos, os cursos de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) somam 198 disciplinas, entre obrigatórias e optativas. Cada uma foi analisada individualmente e categorizada com base em dois critérios principais: o título do componente curricular e o conteúdo da ementa. Essas informações, de caráter público, foram acessadas nos sites oficiais das respectivas instituições. Acompanhe a Tabela 1.

Tabela 1 - Quadro geral de disciplinas analisadas por universidade

Disciplinas	UFBA	UFPA	UFMA
Total de disciplinas (obrigatórias + optativas)	58	93	46
Disciplinas com ementas disponíveis	54 (93,1%)	90 (97%)	36 (78%)
Disciplinas sem ementas disponíveis	4 (6,8%) ¹¹	3 (3%) ¹²	10 (22%) ¹³

Fonte: Produzida pelo autor (2024).

¹¹ Todas as disciplinas sem ementas são optativas.

¹² Desse total, seis são de disciplinas obrigatórias e 54 são de disciplinas optativas.

¹³ Sendo nove de disciplinas obrigatórias e uma de disciplina optativa.

Quando considerados os títulos das disciplinas, somente uma (dentre todas as 197) cita a questão racial — a optativa *Tecnologia digital, gênero e raça*, da UFBA. Logo, isso atribui às ementas caráter relevante à nossa análise, levando-nos ao seguinte demonstrativo dentro do esforço de identificar componentes curriculares que pautam a raça:

Tabela 2 - A presença da questão racial negra | Conforme os títulos e as ementas das disciplinas

Disciplinas	UFBA	UFPA	UFMA
Total de disciplinas com ementas (obrigatórias + optativas)	54	90	36
Disciplinas que abordam questões raciais	9 (16,6%)	6 (6,6%)	1 (3%)
Disciplinas que não abordam questões raciais	45	84	35

Fonte: Produzida pelo autor (2024).

Das 180 (cento e oitenta) disciplinas com ementas analisadas nos cursos de Jornalismo da UFBA, UFPA e UFMA, apenas 16 abordam diretamente a questão racial. Quando se considera apenas as disciplinas obrigatórias, esse número reduz-se a 5. Em termos percentuais, isso representa 8,8% do total de componentes curriculares e apenas 2,7% das obrigatórias.

Esses dados revelam uma lacuna significativa na formação dos jornalistas brasileiros, especialmente diante da recorrência da temática racial na sociedade e da composição demográfica do país, majoritariamente negra e parda. A baixa presença da questão racial nos currículos universitários aponta para um processo de invisibilização que compromete a construção de narrativas mais plurais, justas e representativas na imprensa nacional. Trata-se de um indicativo da urgência em revisar os projetos pedagógicos dos cursos de Jornalismo, incorporando epistemologias negras e decoloniais como parte estruturante da formação profissional.

3 Mas, afinal, o que essa baixa recorrência representa?

Antes de refletirmos sobre os significados dos dados obtidos na análise documental, é fundamental apresentar, ainda que de forma breve, informações sobre os três cursos de Jornalismo em questão — UFBA, UFPA e UFMA. Essa contextualização permite compreender como a formação acadêmica ocorre em territórios marcados por dinâmicas sociais, raciais e históricas que ultrapassam os limites físicos das universidades.

O curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é o terceiro mais antigo do Brasil, criado em 1950 — completando, portanto, 74 anos em 2024. Com duração de oito semestres, o curso se destaca pela sua tradição e excelência acadêmica, tendo alcançado nota máxima (cinco) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)¹⁴, indicador que avalia a qualidade da formação oferecida pelas instituições de ensino superior no país. Esse histórico reforça a relevância da UFBA na formação de profissionais da comunicação, especialmente em um estado com forte presença da população negra e rica diversidade cultural.

Criado em 1976, o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA) completa 48 anos em 2024. Com duração de dez semestres, o curso recebeu nota quatro no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), indicador que avalia a qualidade dos cursos superiores no Brasil. A UFPA está situada em um estado marcado pela forte presença indígena, influenciado diretamente pela diversidade sociocultural da região Amazônica — contexto que impõe desafios e potencialidades à formação jornalística, especialmente no que diz respeito à representação de povos tradicionais e à valorização de narrativas locais.

Enquanto isso, o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado em 1970 e, em 2024, completa 54 anos de existência. Com duração de oito semestres, o curso recebeu nota quatro no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), refletindo uma avaliação positiva da formação oferecida. Um aspecto particular da estrutura curricular é que, até o sétimo período, os estudantes têm acesso exclusivamente a disciplinas obrigatórias — o que pode limitar a diversidade de abordagens e o aprofundamento em temas específicos, como a questão racial, durante grande parte da graduação.

¹⁴ Instrumento do Governo Federal para avaliar os cursos de Ensino Superior. Os resultados podem ser acessados no site da instituição.

Esse artigo, ao se debruçar sobre cursos com tradição no ensino superior brasileiro de Jornalismo — considerando que o mais antigo da área tem 77 anos e que a profissão foi regulamentada em 1969 — evidencia não apenas a longevidade dessas formações, mas também suas lacunas estruturais. As notas quatro e cinco atribuídas pelo Enade às universidades analisadas indicam, segundo o Ministério da Educação (MEC), alta qualidade acadêmica. No entanto, essa excelência não se traduz em representatividade racial nos currículos.

Duas questões centrais emergem: a primeira diz respeito à obrigatoriedade curricular: apenas 5 das 180 disciplinas analisadas (2,7%) são obrigatórias e abordam a questão racial negra. Ou seja, os conteúdos que todos os estudantes devem cursar praticamente ignoram essa temática. A maior parte da já escassa presença da perspectiva racial negra está nas disciplinas optativas — 11 de 180 (6,11%) — que os estudantes podem ou não escolher cursar; a segunda refere-se à UFPA, que, embora tenha apenas 6 disciplinas que tratam diretamente da questão racial (em um total de 90 analisadas), apresenta um número significativo de componentes voltados ao debate territorial amazônico. Esse enfoque é relevante, pois a presença indígena na região é também um marcador racial. Dada a história de apagamento étnico, há uma conexão entre os povos originários e os descendentes de africanos escravizados. No entanto, esse aspecto, embora importante, não compensa a baixa presença da perspectiva negra na formação jornalística.

A escassez da abordagem racial negra nos currículos é corroborada por vozes que vivenciaram esses espaços. É o caso de Cleidiana Ramos, jornalista graduada pela UFBA no final da década de 1990, cuja trajetória e reflexões ajudam a dimensionar os impactos dessa ausência na formação e atuação profissional. Ramos tem se destacado como referência na luta por uma comunicação antirracista, e sua experiência reforça a urgência de rever os currículos à luz das epistemologias negras e das demandas históricas da população afro-brasileira. É o caso de Cleidiana Ramos, graduada pela UFBA, no fim da década de 1998:

Eu passei pela faculdade completamente longe da questão racial. Porque não tem essa formação. Quando entrei, em 1994, tinha quatro ou cinco alunos negros na faculdade de Jornalismo inteira, eu incluída. Foi um momento bem complicado porque foi o começo da revolução digital. Houve uma virada no currículo da faculdade e ficou muito mais teórica. Mas, a gente não tinha no currículo discussão de questões raciais, como não tem até hoje. Antropologia aparecia lá como uma disciplina que você fazia se quisesse. Ficava jogada lá, como Ciência

Política. O que a gente fazia obrigatoriamente era Introdução à Sociologia e Introdução à Filosofia. Tinha Realidade Brasileira, que tratava a partir dos anos 1930 e o professor era muito bom e discutia muito por cima, retomando a formação do Brasil. Mas era algo muito pontual. Nem sobre o 2 de julho¹⁵ a gente discutia. (Ramos, 2022, s.p).

Embora a perspectiva negra esteja presente em 16% das ementas do curso de Jornalismo da UFBA, esse dado não torna o cenário menos preocupante quando comparado aos cursos da UFPA e da UFMA, cujos índices são de apenas 1% e 6,6%, respectivamente. Considerando que o Brasil é o segundo país mais negro do mundo — atrás apenas da Nigéria — torna-se inescapável que a formação jornalística e o debate sobre a produção de notícias sejam atravessados por essa realidade racial.

As lacunas identificadas não são meramente ocasionais, tampouco decorrem da ausência de discussões que relacionem a questão racial negra aos estudos em Jornalismo. Ao contrário, há um vasto campo de saberes e práticas que vêm sendo sistematicamente negligenciados pelos currículos. Seja sob a ótica teórica, prática ou interdisciplinar, as possibilidades de articulação são múltiplas e urgentes.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo que, embora limitado em escopo, ilustra de forma emblemática a invisibilização da perspectiva negra na formação jornalística:

Quadro 1 - Temas que poderiam ser abordados pelas disciplinas

Disciplina		Tema a ser abordado
Teórico	Teorias da Comunicação UFBA	Jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022)
	Teorias da Linguagem UFMA	Racismo linguístico (Nascimento, 2019)
Prático	Técnica da Notícia UFMA	Cosmofobia (Santos, 2023);
	Oficina de Texto UFPA	Letramento racial (Twine, 2004)

¹⁵ Celebração que marca a independência do Brasil na Bahia, o 2 de Julho é a segunda maior festa popular do estado, ficando atrás apenas do carnaval.

Interdisciplinar	Comunicação e História UFBA	História da imprensa negra (Pinto, 2010)
	Sociologia da Comunicação e da Mídia UFPA	Racismo estrutural (Almeida, 2019)

Fonte: Produzida pelo autor (2024).

Ao evidenciarmos a negligência nas relações possíveis — e indispensáveis — entre o Jornalismo e as questões negras, entendemos este debate como de natureza essencialmente política. As lacunas raciais na formação jornalística não são neutras: podem funcionar como engrenagens que reforçam e potencializam o racismo cotidiano vivido por pessoas não brancas, sobretudo negras. Afinal, são esses profissionais que, ao ingressarem nas redações — espaços de criação e circulação de imaginários sociais —, terão o poder de, por meio das narrativas que produzem, perpetuar ou desconstruir estereótipos históricos.

O caso a seguir exemplifica de forma concreta como essa ausência de perspectiva racial crítica na formação acadêmica pode se refletir diretamente na prática jornalística e na manutenção de desigualdades simbólicas.

Figura 1 - Postagem G1



Fonte: Reprodução de notícia na página do G1 | Rio de Janeiro no *Twitter*, 2020.

Veiculada em um dos maiores portais jornalísticos do país, em agosto de 2020, e amplamente repercutida nas redes sociais¹⁶, a reportagem criminaliza uma comunidade com mais de 130 mil habitantes — majoritariamente negra — sob o pretexto de um suposto interesse público na segurança da região. Ainda que não utilize termos raciais de forma explícita, a narrativa reproduz práticas racistas ao reforçar o estereótipo de que territórios ocupados por populações pobres e negras seriam inerentemente violentos. Nas entrelinhas, a mensagem implícita é a de que apenas os bairros abastados, predominantemente habitados por pessoas brancas, seriam espaços seguros.

Publicações com esse perfil — e até mais virulentas — são produzidas de forma cotidiana e histórica no Brasil (Ferreira, 2004). Esse cenário nos conduz a refletir sobre o perfil racial médio do(a) jornalista brasileiro(a) e sobre a formação que esses profissionais recebem. Dois estudos recentes, ambos de 2021, ajudam a dimensionar essa realidade. Ambos datados de 2021, são os mais recentes do gênero.

Elaborado por 13 instituições jornalísticas e acadêmicas, o *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*¹⁷ aponta que 77,6% dos(as) jornalistas no país são brancos(as). Já o *Perfil do Jornalista Brasileiro*, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), registra 67,8% de profissionais brancos(as). Em ambos os casos, a constatação é inequívoca: assim como no início da imprensa nacional, pessoas negras permanecem em condição de minoria.

Quase 140 anos após a abolição da escravatura e cerca de oito décadas depois da criação do primeiro curso superior de Jornalismo, as redações seguem sendo espaços majoritariamente brancos — reflexo de um privilégio histórico que se reproduz também no ensino superior. Como já mencionado, o Brasil conta com mais de 176 mil docentes universitários, dos quais três quartos são brancos. Negros e indígenas, por sua vez, representam apenas 7,4% do total de

¹⁶ Diante da repercussão ruim, a postagem no Twitter foi deletada e a notícia no portal G1 sofreu edições, de modo a higienizar o texto e não deixar tão explícita a ligação território/raça/segurança. Para mais: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/26/bunker-de-bandidos-complexo-da-mare-tem-244-foragidos-da-justica.ghtml>

¹⁷ PROJETO: Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Jornalistas&Cia, *Portal dos Jornalistas*, Instituto CORDA - Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

educadores¹⁸ em programas de pós-graduação, o que evidencia a persistência de barreiras estruturais à diversidade racial nos espaços de produção e difusão do conhecimento.

Refletir sobre a incorporação da perspectiva racial na educação não é uma pauta recente, tampouco secundária, embora ainda apareça de forma tímida nas formações em Jornalismo. Canuto *et al.* (2023) realizam um resgate fundamental nesse debate ao evidenciar intelectuais africanos e afro-diaspóricos que, historicamente, foram silenciados ou excluídos dos currículos justamente por confrontarem o eurocentrismo dominante. Esse apagamento não apenas limita o repertório acadêmico, mas também perpetua uma lógica de marginalização epistêmica, na qual saberes produzidos por sujeitos negros são sistematicamente deslegitimados.

Diante de tantas ocultações e lacunas proporcionadas por séculos de protagonismo ocidental nas pesquisas científicas e filosóficas, reconhecemos as monumentais contribuições das Filosofias Africanas na nossa formação atual, e infelizmente, os enormes epistemicídios sofridos ao longo da nossa trajetória educacional (Canuto *et al.*, 2023. p. 22).

Não relacionar essa fotografia laboral aos processos formativos dos profissionais que hoje atuam nas redações, tampouco considerar os produtos cotidianamente publicados pela imprensa hegemônica — cuja lógica central frequentemente se ancora na criminalização de minorias — seria ignorar cenários que não apenas se sucedem, mas também se entrelaçam, retroalimentando-se e dialogando com outros fenômenos sociais.

Nesse sentido, a baixa presença de docentes não brancos, somada à quase inexistente perspectiva negra nas ementas analisadas, compromete de forma significativa a possibilidade de construção de uma formação jornalística antirracista. O resultado é a perpetuação de um ciclo em que a ausência de diversidade na academia reverbera diretamente na prática profissional, limitando a pluralidade de narrativas e reforçando estereótipos que sustentam desigualdades históricas.

¹⁸ MOURA, Bruno de Freiras. Negros e indígenas são apenas 7,4% dos professores em pós-graduação. *Portal Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/negros-e-indigenas-sao-apenas-74-dos-professores-em-pos-graduacao>. Acesso em: 23 mar. 2024.

4 Currículo e colonização do saber

Enquanto instituição, a universidade teve, em sua origem, o propósito central de universalizar um saber específico — o europeu — impondo-o ao restante do mundo como se fosse o único conhecimento legítimo e válido (Grosfoguel, 2016). Para tanto, os cursos precisavam obedecer a determinadas padronizações e formatações curriculares. Os currículos acadêmicos — ou seja, “atividades, materiais, métodos de ensino e outros meios empregados pelo professor, ou considerados por ele, para alcançar os fins da educação” (Unesco, 1958, p. 30) — foram instrumentos eficazes neste processo.

Campos e Silva (2009) afirmam que o modelo institucional de currículo é a fábrica. De inspiração Taylorista, o currículo era visto como procedimentos e métodos para alcançar resultados e mensurá-los. Os ementários, objetos de análise deste artigo, são documentos que materializam esses procedimentos e métodos; apresentam temáticas abordadas pelos cursos; explicam, de forma objetiva, o conteúdo das disciplinas e seus principais referenciais teóricos e epistemológicos. São, portanto, parte desse processo de uniformização dos saberes.

Embora apresentados com caráter puramente técnico, no interior das suas concepções, o caráter ideológico se apresenta de forma muito latente. Isso fica evidente em Campos e Silva (2009), quando afirmam que o parâmetro principal do currículo é o processo político de escolaridade. E esse processo político é fabricado a partir de decisões e condicionamentos de conteúdos (Sacristán, 1988). Trata-se de uma ação simbólica e ideológica que organiza uma autoridade discursiva para condução das discussões em sala de aula (Campos; Silva, 2009).

Se a universidade foi criada “para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como bem cultural oferecido a minorias” (Fávero, 2006, p. 19), não é de espantar que a maioria dos cursos reproduzam por séculos os mesmos currículos acadêmicos (pelo menos do ponto de visto epistemológico), ideais e interesses das elites que a criaram. Assim, ao reproduzirem essa lógica, os cursos reforçam a perspectiva colonialista e negam saberes dos povos originários e escravizados.

A universidade, por sua vez, como instituição de produção, circulação e reprodução do conhecimento, historicamente, alijou de seus espaços as práticas, as experiências e os saberes subalternizados pela razão ocidental-cêntrica. Para compreender a história da institucionalização de suas práticas e da consolidação de um único repertório a ser universalizado, revestido pela legitimidade dos

critérios de cientificidade instituídos pela modernidade europeia, é preciso colocar em questão o seu reverso: que epistemologias, vivências, práticas e conhecimentos foram deslegitimados para que se afirmasse como exclusiva a matriz epistêmica produzida por essa razão hegemônica? Que humanidades foram ontologicamente desconsideradas para que o cânone moderno/ocidental se impusesse em sua suposta autoevidência? E, finalmente, qual é a função desempenhada pelo racismo e pelo sexismo na consolidação dessa geopolítica do conhecimento, que instituiu centros e periferias, hierarquias ontológicas, epistêmicas e raciais? (Reis, 2022, n. p.).

As perguntas de Reis (2022) também são nossas, embora acrescentemos: onde está o debate racial nos currículos acadêmicos no país com maior população negra fora de África? Quais referências são oferecidas aos(às) jovens estudantes negros/as dos cursos de jornalismo? Como isso se reflete no perfil do Jornalismo brasileiro?

Nas universidades, isso se materializa no que autores como Edgard Lander, Enrique Dussel, Walter D. Mignolo, Arturo Escobar (2005)¹⁹, dentre outros, vão chamar de “colonialidade do saber”, que revela o “legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, s.p.).

Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas de ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2012) se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)? (Grosfoguel, 2016, p. 26).

Da mesma forma, como é possível que continentes inteiros, forjados em sabedorias e tecnologias ancestrais, não possuam caminhos para refletir sobre sua própria realidade? Esses questionamentos já foram feitos por outros e outras antes de nós. Entretanto, o que nos intriga é que, apesar disso, romper com essa lógica tem se tornado um caminho complexo, difícil e com baixa adesão.

Se analisarmos esse contexto, seja histórico, político ou epistemológico, pela ótica do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), é plausível compreender esses elementos como

¹⁹ Esses autores elaboram, juntos, o livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*, organizado por Lander (2005).

parte de uma lógica que nos arrasta há séculos para reproduções da realidade de um só povo — o branco —, como forma de manter os privilégios da elite a qual ele faz parte.

Considerações finais

Pela centralidade que raça, racismo e relações raciais assumem na sociedade brasileira, defendemos que tais temáticas precisam integrar de forma estruturante a formação do jornalista, compondo a espinha dorsal dos ementários dos cursos. Não se trata de conteúdos periféricos ou opcionais, mas de fundamentos que devem estar previstos nos projetos pedagógicos, gerando desdobramentos teóricos, práticos e interdisciplinares.

Atualmente, contudo, a presença desses debates depende quase exclusivamente da iniciativa individual de docentes com algum nível de letramento racial. Isso faz com que tais conteúdos permaneçam restritos à esfera privada de cada professor(a), quando, na realidade, dizem respeito a um problema de ordem pública e coletiva.

Como nos lembra Almeida (2019), se o racismo é estrutural, a luta contra ele também precisa ocorrer em nível estrutural — e não apenas no plano individual. Nesse sentido, a ausência de uma abordagem sistemática sobre a questão racial nos currículos de Jornalismo não é apenas uma falha acadêmica, mas um obstáculo à construção de uma prática profissional comprometida com a justiça social e com a pluralidade de vozes que compõem o Brasil.

Nos detemos aqui ao campo do Jornalismo, mas é fundamental destacar que o mesmo movimento pode — e deve — ser realizado em diversas outras áreas do conhecimento. Há exemplos emblemáticos de intelectuais que tensionam o eurocentrismo e propõem leituras afrorreferenciadas em seus campos de atuação: Milton Santos, na Geografia; Joice Berth, na Arquitetura e no Urbanismo; Frantz Fanon e Neusa Santos, na Medicina; Lucas Veiga, na Psicologia; Adilson Moreira, no Direito; Zora Neale Hurston e Anténor Firmin, na Antropologia. Esses e tantos outros pensadores vêm conquistando espaço ao propor abordagens teórico-metodológicas que rompem com a lógica única do saber europeu e ampliam o horizonte epistêmico, valorizando experiências, práticas e epistemologias negras e afro-diaspóricas.

A queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo, em junho de 2009, por decisão equivocada do Supremo Tribunal Federal (STF) — e até hoje não revertida — não deve servir como justificativa para a precarização dos currículos dos cursos superiores e, por

consequência, da formação da categoria. Pelo contrário: em um cenário marcado pelo avanço das fake news e pela crescente desinformação, o papel do jornalista profissional tende a ganhar ainda mais relevância. E isso, necessariamente, envolve considerar as dimensões de raça, gênero e classe, conforme estabelece Crenshaw (2020) em sua formulação sobre a interseccionalidade.

A presença irrisória de disciplinas voltadas à questão racial nos cursos de Jornalismo impacta não apenas a formação dos futuros profissionais, mas também a reprodução de um imaginário social e racial que insiste em manter o povo negro em posição marginalizada. Esse quadro contrasta fortemente com o movimento recente e significativo de democratização do acesso ao ensino superior: em 2018, pela primeira vez, estudantes negros representaram mais de 50% dos matriculados nas universidades públicas brasileiras, segundo o informativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, publicado pelo IBGE em 2019.

Ter a questão racial negra na espinha dorsal dos cursos de Jornalismo, em um país onde mais de 50% da população se autodeclara preta ou parda, é condição indispensável para a reconstrução do imaginário social e racial brasileiro. Essa urgência se intensifica diante do crescimento alarmante dos casos de racismo no país: em 2023, foram registrados 11.610 (onze mil e seiscentos e dez) casos, o que representa um aumento de 77,6% em relação a 2022²⁰.

A inclusão da questão racial nos cursos de Jornalismo pode ajudar estudantes a refletirem sobre sua própria identidade racial. Embora esse não seja o objetivo principal da universidade, ela também cumpre uma função social mais ampla. Isso é especialmente importante em um país onde ainda predomina o mito da mestiçagem, que apresenta a convivência entre raças como pacífica, mas acaba mascarando desigualdades e apagando o racismo estrutural.

Incluir o debate racial negro nos ementários dos cursos é, de certa forma, praticar o que se entende por Sankofa: olhar para o passado para construir um futuro diferente. Esse mergulho no conhecimento ancestral negro (Brito, 2021) pode fortalecer a formação jornalística no combate à necropolítica (Mbembe, 2018), pela qual o Estado deixa morrer ou mata. E mata com

²⁰ Pesquisa Fórum Brasileiro da Segurança Pública (FBSP). Para mais: DUARTE, Caratina. Registros de racismo têm explosão de 77,9% em 2023 em meio a queda de injúria racial. Portal Ponte, 2023. Disponível em: <https://ponte.org/registros-de-racismo-tem-explosao-de-779-em-2023-em-meio-a-queda-de-injuria-racial/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

o aval de uma imprensa majoritariamente branca, que, sem letramento racial, noticia e naturaliza diariamente o genocídio da população negra no Brasil (Nascimento, 2016).

Se o jornalismo ajuda a reforçar narrativas que naturalizam o genocídio, a universidade tem a oportunidade de, ao repensar seus currículos, recriar percursos formativos capazes de promover uma visão interseccional da realidade. Reformular a formação dos(as) jornalistas significa preparar profissionais para construir narrativas que considerem diferentes epistemologias e modos de existência, indo além do cumprimento formal de leis de reparação histórica. Só assim será possível enfrentar os discursos excludentes e racistas ainda predominantes. Repensar os currículos não é solução definitiva, mas é passo indispensável para desnaturalizar a colonialidade no ensino de jornalismo.

Referências

ALMEIDA, Renata Cardoso; MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodologia como identidade: uma epistemologia transformadora na pesquisa em comunicação. *Revista Comunicação & Educação*, n. 2, a. XXV, jul./dez. 2020.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AUSÊNCIA de professores negros é ponto crítico em universidades. *Portal UFJF*, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência IBGE Notícias*, 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%20%C3%A3o,amarelas%20\(0%2C4%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Desde%201991%2C%20esse%20contingente%20n%20%C3%A3o,amarelas%20(0%2C4%25).). Acesso em: 16 nov. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BRITO, Bruno de Castro. *Tudo o que nóiz tem é nóiz*: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2022.

BRITO, Clarissa. *O enegrecer psicopedagógico*: um mergulho ancestral. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRITO, Débora. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. *Agência Brasil*, Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CANUTO, Livia. *Et al.* Afrocentricidade: Bases teórico-epistemológicas africanas e afro-diaspóricas para repensar a educação brasileira. *Revista da ABPN*, v. 17, Edição Especial/Novembro, 2023.

CAMPOS, Débora; SILVA, Sebastião Constantino. O conceito de currículo: Um breve histórico das mudanças no enfoque das linhas curriculares. *Revista Igapó*, Manaus, n. 6, v. 1, 2009.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Bruno de. Cada um é um quilombo. *Portal Ceará Criolo*, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/cada-um-e-um-quilombo/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré Martins e VERAS, Elias Ferreira (organizadores). *Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. Curitiba: Appris, 2020.

DUARTE, Caratina. Registros de racismo têm explosão de 77,9% em 2023 em meio a queda de injúria racial. Portal Ponte, 2023. Disponível em: <https://ponte.org/registros-de-racismo-tem-explosao-de-779-em-2023-em-meio-a-queda-de-injuria-racial/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, Flávio e BORGES, Rosane. *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49.

LANDER, Edgard (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO: 2005.

MALDONADO, Alberto Efendy. Contribuciones transmetodológicas para el análisis de procesos comunicativos contemporáneos. *Mediaciones Sociales*, n. 15, p. 1-15, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

MOURA, Bruno de Freiras. Negros e indígenas são apenas 7,4% dos professores em pós-graduação.

Portal Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/negros-e-indigenas-sao-apenas-74-dos-professores-em-pos-graduacao>. Acesso em: 23 mar. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO: 2005.

RAMOS, Cleidiana. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 2 horas, 22 minutos e 56 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

RIBEIRO, Djamil. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

REIS, Diego Santos. A colonialidade do saber: Perspectivas decoloniais para repensar a univer(al)idade. *Debates & Controvérsias*, Campinas, v. 43, 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, a 1, n.1, 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. *El curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Morata, 1988.

SANTOS, Antônio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TWINE, France Winddance. *A white side of black Britain: The concept of racial literacy*. *Ethnic and Racial Studies*, v. 27, n. 6, p. 878-907, 2004.

UNESCO. Curriculum Revision and Research. In: UNESCO. Educational studies and Documents, n. 28, 34 f., 1958. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000001290>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VAZ, Livia Sant'Anna. *Cotas raciais*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Bruno de Castro Brito - Universidade Federal do Ceará – UFC

Doutorando em Comunicação, Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Antropologia, UFC. Graduado em Jornalismo, Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF).

E-mail: bruno.castro.jornalismo@mail.com

Luan Matheus dos Santos Santana - Universidade Federal do Ceará – UFC

Doutorando em Comunicação, Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Marketing e Mídias Digitais pela Faculdade Ademar Rosado (Pós FAR). Graduado em Jornalista, Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: luammatheus@gmail.com

Sarah Fontenelle Santos – Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Doutora em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Comunicação, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Jornalismo e Relações Públicas, Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professora na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: fontenellesarah@gmail.com